

E AGORA? DO LIVRO À AÇÃO: ROTEIRO PRÁTICO PARA GESTORES



Acervo pessoal, 2025.



Reinventar o Abrigo em Tempos de Emergência Climática

Ao longo deste livro argumentamos que os abrigos climáticos não devem ser compreendidos apenas como equipamentos de emergência ou respostas temporárias a eventos extremos. Mais do que isso, constituem infraestruturas de cuidado, justiça climática e democratização do direito à cidade.

As experiências internacionais analisadas, os diagnósticos territoriais realizados em Santos, as reflexões sobre participação comunitária, escolas, políticas públicas e comunidades tradicionais convergem para uma mesma constatação: não existe um modelo único ou uma receita universal para a implementação de abrigos climáticos.

Embora experiências como Barcelona ofereçam aprendizados importantes, a adaptação climática ocorre sempre em territórios concretos, atravessados por histórias, desigualdades, identidades, culturas e vulnerabilidades específicas. O que funciona em Barcelona pode não funcionar em Santos. O que faz sentido em Santos pode não responder às necessidades de Recife, Belém, Porto Alegre ou Manaus. E mesmo dentro de uma mesma cidade, diferentes bairros, comunidades e grupos sociais podem demandar soluções distintas.

Essa constatação é particularmente relevante em um país marcado por profundas desigualdades socioespaciais. Os riscos climáticos não são homogêneos. As capacidades de resposta também não. Enquanto determinados territórios enfrentam prioritariamente o calor extremo, outros convivem com enchentes recorrentes, movimentos de massa, insegurança hídrica ou a combinação simultânea desses fatores. Da mesma forma, idosos, crianças, pessoas com deficiência, mulheres, populações em situação de rua, comunidades tradicionais e moradores de assentamentos precários possuem necessidades distintas de proteção e acolhimento.

Por essa razão, os abrigos climáticos não devem ser compreendidos como infraestruturas padronizadas a serem replicadas mecanicamente. Mais importante do que reproduzir formatos é construir processos. O principal aprendizado talvez não esteja na forma física do abrigo, mas na forma como ele é concebido, implementado, utilizado e governado.

Nada sobre as comunidades sem as comunidades

Se existe um princípio capaz de orientar a construção de abrigos climáticos em contextos tão diversos, ele está na participação social. Não como uma etapa formal de consulta ou validação posterior, mas como elemento estruturante de todo o processo.

As comunidades precisam participar da identificação dos problemas, da definição de prioridades, da escolha dos locais, do desenho dos espaços, da construção dos critérios de funcionamento e dos processos de monitoramento e avaliação. Em muitos casos, são os próprios moradores que conhecem os percursos cotidianos, os locais de encontro, os espaços considerados seguros, os horários de maior necessidade e as populações mais vulnerabilizadas.

Nesse sentido, os abrigos climáticos representam uma oportunidade para aprofundar práticas de adaptação baseada na comunidade, adaptação localmente liderada e governança participativa. Quanto maior o envolvimento comunitário, maiores tendem a ser a legitimidade, a apropriação social e a efetividade dessas iniciativas.

Dos abrigos climáticos aos territórios de cuidado

Talvez o desafio futuro não seja apenas criar abrigos climáticos, mas construir territórios de cuidado climático. Isso significa reconhecer que um abrigo não começa nem termina em uma edificação. Ele depende de redes de solidariedade, organizações comunitárias, escolas, unidades de saúde, equipamentos culturais, associações de moradores, grupos religiosos, coletivos locais e diversos outros atores que já produzem proteção e acolhimento no cotidiano.

A pergunta central, portanto, deixa de ser apenas “onde instalar um abrigo climático?” e passa a ser:

Como fortalecer capacidades comunitárias para que os próprios territórios se tornem mais seguros, resilientes e acolhedores diante da emergência climática?

Essa mudança de perspectiva desloca o foco de uma lógica baseada exclusivamente em infraestrutura para uma abordagem centrada em pessoas,

relações sociais, pertencimento e justiça climática.

Ao longo desta obra, vimos que escolas podem funcionar como espaços de proteção e aprendizagem; que equipamentos públicos existentes podem ser adaptados; que comunidades acumulam conhecimentos fundamentais para a adaptação; e que políticas públicas eficazes dependem de articulação institucional e participação social. Em comum, todas essas experiências apontam para uma mesma direção: a adaptação climática é também uma prática de cuidado coletivo.

Por isso, a principal mensagem deste livro talvez seja simples: abrigos climáticos não são um produto a ser copiado, mas um processo a ser co-construído. E, paradoxalmente, o sucesso dessa política depende menos da climatização dos espaços e mais da capacidade de construir confiança, pertencimento, participação e cuidado nos territórios.

Reinventar o abrigo, portanto, não significa apenas adaptar edifícios para um clima mais extremo. Significa reinventar a própria ideia de cidade. Uma cidade capaz de proteger, acolher e redistribuir bem-estar em um contexto marcado pela emergência climática. Uma cidade que reconhece que sombra, água, descanso, conforto térmico e proteção não são privilégios, mas condições básicas de dignidade urbana.

Reinventar o abrigo é, em última instância, reinventar a cidade habitável face à emergência climática. Em um contexto frequentemente marcado por diagnósticos alarmantes, os abrigos climáticos também representam espaços de esperança. Não uma esperança ingênua ou baseada na negação dos riscos, mas uma esperança construída pela ação coletiva. Cada escola adaptada, cada praça sombreada, cada centro comunitário fortalecido e cada processo participativo bem-sucedido demonstra que é possível responder à emergência climática de forma solidária, democrática e territorializada. Em tempos de crise climática, construir esperança significa construir capacidades coletivas de cuidado.

DEZ PRINCÍPIOS PARA ABRIGOS CLIMÁTICOS NO BRASIL

Abrigo é cuidado. Abrigo é justiça climática.

1



Não há modelo único

Abrigos devem responder ao clima, ao território e aos usos locais.

2



Escolas são centrais

Podem combinar proteção, educação climática e vínculo comunitário.

3



Abrigo é cuidado

Não é apenas infraestrutura: envolve acolhimento, segurança e confiança.

4



Infraestrutura verde importa

Sombra, água, solo permeável e vegetação reduzem riscos térmicos.

5



Adaptação deve ser participativa

Comunidades precisam participar do desenho, uso e gestão dos espaços.

6



Comunidades já adaptam

Saberes locais devem orientar soluções e prioridades.

10



Abrigos podem reinventar a cidade

Quando bem planejados, criam espaços de convivência, justiça e resiliência.

9



Abrigos não substituem políticas públicas

Eles complementam redes de saúde, assistência, habitação e defesa civil.

8



Cada território exige tradução

O que funciona em Barcelona não pode ser copiado sem adaptação ao Brasil.

7



Abrigos precisam ser acessíveis

Localização, mobilidade, horários e comunicação definem quem consegue usar.



ABRIGOS CLIMÁTICOS

NO LITORAL DE SÃO PAULO

Uma caixa de ferramentas para municípios que querem transformar alerta em proteção concreta

Esta seção foi pensada para secretarias municipais, Defesas Civas, equipes de planejamento, movimentos sociais e comunitários, educação, saúde, assistência social, meio ambiente, mobilidade, direitos humanos e demais áreas que desejem transformar a ideia de abrigo climático em uma política pública concreta. Ela não propõe um modelo único. Um município pequeno, uma metrópole, uma cidade costeira ou uma cidade do interior terão riscos, recursos, redes e capacidades muito diferentes. O objetivo é oferecer um caminho de decisão plausível: o que fazer primeiro, o que precisa existir antes de abrir um abrigo e como evitar que uma boa ideia se torne apenas um equipamento sem uso, uma ação improvisada ou uma política sem continuidade.

O ponto de partida é simples: um abrigo climático só existe de fato quando as pessoas sabem que ele existe, compreendem para que serve, conseguem chegar até ele, encontram condições reais de proteção e confiam que estará funcionando quando precisarem. Isso exige infraestrutura, mas também governança, manutenção, comunicação, acessibilidade, mobilidade, salvaguardas, coordenação intersetorial e participação social.

Antes de começar: não comece pelo prédio — nem pelo nome

Comece perguntando: qual problema de proteção queremos resolver depois que um alerta é emitido? Quem está mais exposto? Quem tem menos alternativas para responder? Em quais territórios? Que desigualdades raciais, econômicas, territoriais, de gênero, idade, deficiência e mobilidade condicionam essa capacidade? Que equipamentos e redes já existem? “Abrigo climático”, “refúgio climático”, “centro de resfriamento”, “espaço seguro” ou outra denominação podem ser discutidos localmente. O nome deve ser compreensível e reconhecido pela população, mas a discussão terminológica não pode paralisar a ação.



DEZ PRINCÍPIOS PARA ORIENTAR UMA POLÍTICA MUNICIPAL

Abrigo é cuidado. Abrigo é justiça climática.

1

Priorize justiça climática, não visibilidade política.



O primeiro abrigo deve estar onde o perigo climático, a vulnerabilização social e a baixa capacidade de proteção são maiores.

2

Não construa antes de mapear o que já existe.



Equipamentos públicos e espaços comunitários já existentes podem ser mais úteis, desde que sejam seguros e possam ser qualificados. Mapear ajuda a reconhecer práticas e redes de proteção já existentes.

10

Não use o abrigo para substituir adaptação estrutural.



Abrigos complementam, mas não substituem políticas estruturais de adaptação, redução de riscos, justiça social e planejamento urbano orientado pela equidade.

9

Planeje manutenção e comunicação como funções permanentes.



Manutenção, comunicação e atualização da rede precisam ter responsáveis e recursos.

8

Garanta acessibilidade e mobilidade reais.



Inclui distância, transporte, rotas seguras, horários, linguagem, informação, autonomia, banheiro, assentos, cuidadores e apoio a quem não consegue se deslocar sozinho.

3

Defina qual risco — e qual modalidade de abrigo — está em jogo.



Diferentes riscos exigem critérios diferentes. É preciso distinguir proteção diurna, ativação emergencial e acolhimento prolongado.

4

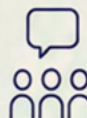
Faça o abrigo funcionar também no cotidiano.



Quanto mais integrado à vida diária, maior o conhecimento, a confiança e a apropriação social do espaço.

5

Trate participação e linguagem como parte da infraestrutura.



Usuários devem participar da localização, do desenho, das regras, da comunicação e da avaliação. O nome do espaço deve produzir reconhecimento e confiança.

6

Proteção climática também é proteção contra violência.



Abrigos precisam prever salvaguardas para crianças, mulheres, pessoas LGBTQIA+, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos sujeitos a violência.

7

Organize a governança antes da inauguração.



Defina quem alerta, quem ativa, quem abre, quem recebe, quem garante água e limpeza, quem protege, quem comunica, quem registra o uso e quem resolve falhas.

Abrigo é cuidado,
abrigo é justiça
climática



ABRIGOS CLIMÁTICOS

NO LITORAL DE SÃO PAULO

Justiça climática na prática



Não basta distribuir abrigos igualmente pelo mapa. Equidade pode exigir mais proteção justamente onde existem menos alternativas privadas e públicas de proteção. Pergunta de controle: a rede está corrigindo uma geografia desigual de proteção ou apenas reproduzindo a distribuição desigual dos equipamentos já existentes?

Três modalidades que não devem ser confundidas

Uma das decisões mais importantes é definir que tipo de proteção o espaço oferecerá. Os requisitos operacionais e de segurança mudam significativamente conforme o tempo de permanência e o tipo de evento.

Modalidade	Exemplo	Exigências centrais
Proteção diurna / cotidiano	Calor extremo	Água, sombra, ventilação ou climatização, assentos, banheiro, acessibilidade, informação e permanência segura por algumas horas.
Ativação emergencial	Chuva intensa, fumaça, frio ou evento com alerta	Proteção física, protocolo de ativação, equipe responsável, rotas seguras, comunicação, articulação com Saúde/Assistência/ Defesa Civil.
Acolhimento prolongado	Pessoas que precisam deixar áreas de risco e permanecer ou pernoitar	Além dos itens anteriores: alimentação, privacidade, proteção e salvaguardas, higiene ampliada, saúde, assistência social, gestão de conflitos, organização de famílias e definição sobre animais domésticos.

Fonte: Elaboração dos autores, 2026.



UM ROTEIRO EM 10 PASSOS

Como orientar uma política municipal de abrigos climáticos

1

COMECE PELO PÓS-ALERTA



Forme um pequeno grupo intersetorial e reconstrua uma situação concreta. Se o alerta sai às 15h, o que a pessoa faz às 15h05? Para onde vai, como chega, quem precisa de apoio e quem a recebe? Se não há respostas claras, existe uma lacuna entre alerta e proteção. Descreva o problema público, os riscos prioritários, períodos críticos, grupos afetados e lacunas atuais.

2

CONSTRUA UM MAPA DE PRIORIDADE



Cruze três dimensões: perigo e exposição; vulnerabilização; e capacidade de resposta. Considere calor, inundação, deslizamento, fumaça, renda, raça/cor quando houver dados, idade, deficiência, habitação, população em situação de rua, infraestrutura, serviços e redes comunitárias. Pergunte quais processos de segregação e exclusão produziram maior exposição e menor proteção.

3

MAPEIE EQUIPAMENTOS, ROTAS, REDES E PRÁTICAS



Liste equipamentos públicos e comunitários nas áreas prioritárias. Registre localização, capacidade, horários, acessibilidade, água, banheiros, ventilação, energia, equipe, riscos do local e rotas de acesso. Mapeie também práticas já existentes e barreiras reais vividas pela população.

4

FAÇA UMA TRIAGEM DE SEGURANÇA E VIABILIDADE



Nem todo equipamento pode ser abrigo. Elimine locais expostos ao mesmo risco, sem condições mínimas de permanência ou com conflitos graves de uso. Avalie também segurança social, privacidade, supervisão, proteção de crianças e adolescentes, acessibilidade e risco de assédio ou violência. Em áreas de múltiplos riscos, teste cenários distintos.

5

ESCUTE AS PESSOAS ANTES DO PROJETO EXECUTIVO



Realize oficinas curtas com usuários, trabalhadores e organizações do território. Pergunte quando o risco se torna insuportável, para onde as pessoas já vão, quem tem dificuldade de chegar, o que gera confiança e como o espaço deveria ser chamado. Registre divergências, não apenas consensos.

6

DEFINA UM PADRÃO MÍNIMO POR MODALIDADE



Formalize requisitos mínimos comuns, simples e executáveis. Evite um padrão único para situações muito diferentes. Proteção diurna, ativação emergencial e acolhimento prolongado exigem níveis distintos de infraestrutura, equipe, privacidade, salvaguardas, alimentação, saúde e assistência.

7

DEFINA PROTOCOLO DE ATIVAÇÃO E FUNCIONAMENTO



Especifique quando o abrigo funciona, quais são os gatilhos, horários, responsáveis, capacidade, fluxo de entrada, busca ativa, apoio de deslocamento, atendimento a pessoas com necessidades específicas, articulação com Saúde, Assistência e Defesa Civil, além do procedimento de encerramento. Inclua decisão sobre animais domésticos quando pertinente.

8

TORNE A REDE LEGÍVEL E CONFIÁVEL



Crie identidade visual e sinalização municipal comum. Use o termo adotado localmente com descrição funcional clara. Disponibilize mapa público com endereço, horário, acessibilidade, serviços e situação de funcionamento. Combine canais digitais com comunicação territorial feita por escolas, UBS, CRAS, agentes comunitários, associações e lideranças.

9

TESTE O PERCURSO COMPLETO EM ESCALA PILOTO



Comece com poucos territórios contrastantes e realize ao menos um exercício de ativação. Teste a sequência alerta, compreensão, decisão, deslocamento, chegada e acolhimento. Observe tempo de abertura, conforto, água, assentos, acessibilidade, segurança, conflitos de uso, comunicação, proteção de grupos específicos e resolução de falhas.

10

MONITORE, APRENDA E EXPANDA COM CRITÉRIOS



A expansão deve ser guiada por evidências, não só por metas numéricas. Registre uso, perfil dos usuários, territórios de origem, períodos de maior demanda, falhas, manutenção, percepção de segurança, confiança, resposta ao alerta e grupos ainda sem cobertura. Reavalie periodicamente a geografia da rede e as desigualdades persistentes.

Padrão mínimo sugerido para um abrigo climático

A tabela abaixo é uma referência de gestão, não uma norma nacional. Cada município deve adaptá-la aos riscos, à modalidade do abrigo e às capacidades locais. Para acolhimento prolongado, os requisitos precisam ser mais robustos do que para proteção diurna.

Dimensão	O que verificar antes de credenciar/ativar
Segurança territorial e estrutural	O equipamento e as rotas de acesso não estão expostos ao risco que se pretende enfrentar; há avaliação compatível com o cenário de ativação.
Conforto e proteção climática	Há sombra, ventilação ou climatização adequada à finalidade e possibilidade de permanência sem exposição adicional ao risco.
Água, higiene e saneamento	Água potável disponível; banheiros em funcionamento; limpeza, descarte de resíduos e condições básicas de higiene assegurados.
Permanência digna	Assentos, área de descanso, iluminação, capacidade definida e condições compatíveis com o tempo previsto de permanência.
Acessibilidade e mobilidade	Acesso físico e comunicacional; rotas e transporte considerados; banheiro e assentos prioritários quando possível; apoio a acompanhante/cuidador.
Proteção e salvaguardas	Protocolos proporcionais ao tipo de abrigo para prevenir e responder a violência, assédio, discriminação, conflitos, separação/desaparecimento de crianças e outras situações de proteção.
Privacidade e diversidade de usuários	Em permanências prolongadas, considerar necessidades de famílias, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos.
Animais domésticos	Há decisão prévia e comunicação clara sobre se e como animais domésticos serão acolhidos ou encaminhados.
Energia e contingência	Energia confiável para equipamentos essenciais e procedimentos para falha elétrica quando pertinente.
Equipe e responsabilidades	Responsáveis identificados por abertura, acolhimento, proteção, operação, registro de ocorrências e fechamento.
Comunicação e nomenclatura	Sinalização externa e interna; nome compreensível; descrição funcional do espaço; endereço, horário e situação de funcionamento em canais oficiais.
Articulação com serviços	Fluxos de contato com Defesa Civil, Saúde, Assistência Social, Educação, Mobilidade, Direitos Humanos/rede de proteção e outros setores relevantes.
Manutenção	Rotina, responsável e recursos para água, ventilação/ climatização, banheiros, sombra, arborização, limpeza, sinalização e insumos.
Participação e adequação territorial	Usuários e trabalhadores foram ouvidos; barreiras, desigualdades e necessidades específicas foram consideradas no desenho e na avaliação.

Fonte: Elaboração dos autores, 2026.

Governança mínima: quem precisa estar na mesa?

Uma política de abrigos climáticos é, por natureza, intersetorial. O formato institucional varia, mas a experiência tende a ser mais robusta quando há coordenação claramente definida, responsabilidades formalizadas e capacidade de atuação territorial.

- Coordenação geral: órgão de clima, meio ambiente, planejamento ou gabinete com capacidade de articulação e acompanhamento.
- Defesa Civil: alertas, risco, ativação, segurança territorial, planos de contingência, simulados e integração com resposta a desastres.
- Saúde: critérios de risco à saúde, reconhecimento de sintomas, primeiros cuidados, encaminhamento e articulação com atenção básica.
- Assistência Social: busca ativa, acolhimento, benefícios e proteção de pessoas em situação de maior vulnerabilização, incluindo população em situação de rua.
- Educação: operação de escolas participantes sem comprometer funções essenciais; protocolos para estudantes; educação climática e uso cotidiano.
- Mobilidade e Transporte: rotas, evacuação, apoio a pessoas sem veículo, mobilidade reduzida e conexão entre territórios prioritários e abrigos.
- Direitos Humanos e rede de proteção: salvaguardas, prevenção de violência e discriminação, proteção de crianças e adolescentes e fluxos de encaminhamento.
- Obras/Infraestrutura: adequações físicas, energia, água, acessibilidade, ventilação/climatização e manutenção.
- Comunicação: identidade e nome da rede, alertas, linguagem simples e acessível, atualização de mapas e canais oficiais.
- Participação social e território: conselhos, associações, organizações comunitárias, coletivos, lideranças e usuários participando das decisões e da avaliação.

Regra simples de governança

Se ninguém consegue responder claramente às perguntas “quem alerta?”, “quem ajuda a chegar?”, “quem abre?”, “quem acolhe?”, “quem protege?”, “quem mantém?” e “quem resolve uma falha?”, o abrigo ainda não está pronto para operar.



Um piloto municipal em 90 dias

Para municípios que desejam começar sem esperar uma grande reforma institucional, um ciclo piloto pode ser estruturado em aproximadamente três meses. Os 90 dias são uma referência para organizar um piloto de baixa complexidade utilizando equipamentos existentes; não representam prazo aplicável a obras estruturais, licenciamento ou modalidades de acolhimento prolongado.

DIAS 1–30 | DIAGNOSTICAR E ESCOLHER

- Definir coordenação e grupo intersetorial.
- Selecionar um ou dois riscos prioritários e reconstruir o que acontece após o alerta.
- Mapear 2 a 4 territórios com maior necessidade de proteção, com lente de justiça climática e racismo ambiental.
- Inventariar equipamentos, redes, rotas e práticas de proteção existentes.
- Realizar triagem de segurança territorial, acessibilidade e salvaguardas e selecionar candidatos.

DIAS 31–60 | CO-DESENHAR E PREPARAR

- Ouvir usuários, trabalhadores e organizações locais — inclusive sobre o nome e a comunicação do espaço.
- Definir modalidade do abrigo, padrão mínimo e adequações necessárias.
- Formalizar protocolo de ativação, deslocamento, acolhimento, proteção e responsabilidades.
- Preparar comunicação, sinalização e mapa público.
- Treinar equipes, articular a rede de proteção e testar canais de contato.

DIAS 61–90 | TESTAR, CORRIGIR E ABRIR

- Realizar simulado do percurso completo: alerta → compreensão → decisão → deslocamento → chegada → acolhimento.
- Medir conforto, acesso, segurança e capacidade operacional e registrar falhas.
- Corrigir problemas de água, acesso, mobilidade, comunicação, proteção ou manutenção.
- Publicar a primeira rede piloto com informações claras sobre função e horário.
- Definir indicadores, canal de feedback e calendário de avaliação.

O que monitorar: poucos indicadores, mas úteis

Indicador	Exemplo de medida
Cobertura territorial	Percentual da população prioritária com acesso ao abrigo no tempo/distância definidos pelo município.
Desigualdade de cobertura	Comparação da cobertura entre territórios e grupos com diferentes níveis de vulnerabilização; identificação de áreas sistematicamente subatendidas.
Resposta ao alerta	Percentual de pessoas que sabem o que fazer e para onde ir após receber um alerta; tempo entre alerta, deslocamento e chegada.
Operação	Percentual de abrigos que abriram corretamente quando ativados; tempo entre acionamento e funcionamento.
Uso	Número de usuários, horários de pico, duração aproximada da permanência e territórios de origem.
Equidade	Perfil dos usuários e identificação de grupos que continuam sem acesso ou enfrentam barreiras.
Condições de proteção	Temperatura/conforto quando pertinente, água, assentos, banheiro, funcionamento dos equipamentos e condições de permanência.
Acessibilidade e segurança	Barreiras relatadas, incidentes, necessidade de acompanhante, situações de proteção e percepção de segurança.
Confiança	Percentual de usuários que acreditam que o espaço estará aberto, acessível e capaz de protegê-los quando necessário.
Comunicação	Como as pessoas souberam do abrigo; compreensão do nome/função; alcance dos canais e falhas de informação.
Manutenção	Percentual de itens críticos funcionando e tempo para correção Wde falhas.
Experiência do usuário	Pergunta curta de satisfação e pergunta aberta: “o que faltou para este espaço proteger melhor você?”

Fonte: Elaboração dos autores, 2026.

Sinais de alerta: quando a política está indo na direção errada

- O município possui um bom sistema de alerta, mas não consegue responder claramente para onde a população deve ir depois de recebê-lo.
- O município define metas de número de abrigos sem justificar onde eles serão localizados e quem será priorizado.
- A rede replica a localização dos equipamentos existentes sem verificar se os territórios mais vulnerabilizados realmente têm acesso.
- A rede se concentra em áreas centrais, turísticas ou já bem atendidas.
- O espaço é chamado de abrigo, mas não há protocolo de ativação, deslocamento, proteção ou responsável operacional.
- O equipamento é adequado para calor, mas está em área sujeita a inundação, deslizamento ou outro risco não considerado.
- A comunidade é chamada apenas para validar decisões já tomadas.
- Discussões entre secretarias sobre qual nome usar ou quem é responsável impedem o início das ações.
- A infraestrutura é inaugurada sem salvaguardas, previsão de manutenção ou reposição de insumos.
- O mapa público não informa função, horário, acessibilidade ou situação de funcionamento.
- A política depende de um único setor ou de uma única pessoa e não está institucionalizada.
- Os abrigos são apresentados como prova de que a cidade está adaptada enquanto déficits estruturais permanecem intocados.

Checklist de prontidão antes de abrir um abrigo

- ☐ Existe orientação clara sobre o que fazer depois do alerta?
- ☐ O local foi escolhido a partir de perigo + vulnerabilização + capacidade de resposta, com atenção às desigualdades raciais e socioespaciais?
- ☐ O equipamento é seguro para o(s) risco(s) que pretende enfrentar?
- ☐ A população prioritária consegue chegar ao espaço com os meios que realmente possui?
- ☐ Há rota de acesso razoável e apoio/alternativas para pessoas com mobilidade reduzida ou sem transporte?
- ☐ Água potável está disponível e foi testada operacionalmente?
- ☐ Há sombra, ventilação ou climatização compatível com a finalidade?
- ☐ Banheiro e condições de higiene estão em funcionamento?
- ☐ Há assentos e condições dignas de permanência?
- ☐ A capacidade aproximada e a modalidade do abrigo estão definidas?
- ☐ Existe responsável por abertura, acolhimento, proteção, operação e fechamento?
- ☐ O protocolo de ativação é simples e conhecido pela equipe?
- ☐ Há protocolo de prevenção e resposta a violência, assédio e discriminação adequado ao tipo de abrigo?
- ☐ Crianças e adolescentes possuem medidas específicas de proteção quando necessário?
- ☐ Está definido como lidar com animais domésticos quando pertinente?
- ☐ Saúde, Assistência Social, Defesa Civil, Mobilidade, Educação e rede de proteção sabem como acionar ou apoiar o abrigo?
- ☐ A comunidade reconhece e compreende o nome e a função do espaço?
- ☐ A população sabe onde o abrigo está e quando funciona?
- ☐ Há sinalização física no local e comunicação em linguagem simples e acessível?
- ☐ A comunicação considera pessoas sem acesso regular à internet?
- ☐ Crianças, idosos, pessoas com deficiência, cuidadores e outros grupos com necessidades específicas foram considerados?
- ☐ Usuários, trabalhadores e organizações do território participaram da preparação?
- ☐ O abrigo possui função cotidiana capaz de construir familiaridade e confiança?
- ☐ Há plano e orçamento de manutenção?
- ☐ Foi testado o percurso completo alerta → deslocamento → chegada → acolhimento?
- ☐ Há mecanismo simples para registrar uso, incidentes, falhas e feedback?
- ☐ O município sabe quais territórios e grupos continuam sem cobertura?

Para não perder de vista o essencial

Uma rede de abrigos climáticos pode começar pequena. Dois ou três equipamentos bem localizados, preparados, conhecidos e avaliados podem ensinar mais do que uma expansão rápida sem governança. O objetivo do piloto é aprender: descobrir quem chega, quem não chega, o que acontece depois do alerta, quais horários funcionam, quais serviços são necessários e que adaptações fazem diferença em cada território.

A política também deve permanecer aberta a diferentes tipos de abrigo. Alguns espaços podem funcionar diariamente e oferecer sombra, água e convivência; outros podem ser ativados apenas durante alertas; alguns podem responder principalmente ao calor; outros precisarão ser pensados para múltiplos riscos ou acolhimento prolongado. A rede não precisa ser uniforme para ser coerente. O que precisa ser comum é o compromisso com proteção real, dignidade, equidade, segurança e confiabilidade.

Talvez a pergunta mais útil para um gestor não seja “quantos abrigos nossa cidade possui?”, mas “quem ainda não consegue encontrar proteção quando precisa?”. Essa pergunta desloca a política do número de equipamentos para a cobertura de direitos. E aproxima os abrigos climáticos daquilo que este livro propõe desde o início: não uma coleção de salas frescas, mas uma rede pública e comunitária de cuidado capaz de tornar os territórios mais habitáveis diante da emergência climática.

Mensagem final aos municípios

Comece pelo território. Pergunte o que acontece depois do alerta. Use e qualifique o que já existe. Proteja primeiro quem tem menos alternativas. Reconheça as desigualdades e o racismo ambiental que organizam a exposição ao risco. Construa com as comunidades, não apenas para elas. Garanta segurança e dignidade. Defina responsabilidades. Teste antes da crise. Mantenha o que foi criado. O nome pode mudar; a responsabilidade de proteger, não. E lembre-se: o abrigo é parte da adaptação — nunca seu substituto.

Se estamos em emergência climática, estamos agindo como se estivéssemos em emergência climática?